anuário antropológico
v. 46 • nº 3 • setembro-dezembro • 2021.3

VIEIRA, Suzane; VILLELA, Jorge (org). Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 220. 349 p.

DOI: https://doi.org/10.4000/aa.8939

Luiza Dias Flores

Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), Departamento de Antropologia, Manaus, AM – Brasil

ORCID: 0000-0002-6809-4803

luizaflores@ufam.edu.br

Professora do Departamento de Antropologia (DAN/UFAM) e do Programa de pós graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFAM). Doutora em Antropologia Social (MN/UFRJ) e Mestra em Antropologia (IFCS/UFRJ). Professora do Departamento de Antropologia (DAN/UFAM) e do Programa de pós graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFAM). Desenvolve pesquisa sobre Antropologias das populações afro-brasileiras e Estudos Feministas.

A coletânea *Insurgências, ecologias dissidentes e antropologia modal*, organizada por Suzane Vieira e Jorge Villela, é composta por nove capítulos dedicados a fazer sentir as urgências em um tempo marcado por "ameaças existenciais" perpetradas pelo capitalismo. Fruto da convocação feita pelos sujeitos com as quais as/os antropólogas/os que compõem essa coletânea convivem e constituem vínculos de amizade, de luta e de pesquisa.

Publicada em 2020, a obra é antes o resultado do encontro de diversas/os pesquisadoras/es em 2018, ano de uma série de acontecimentos catastróficos bem lembrados ao longo da introdução dessa obra. Assassinato de Marielle Franco, incêndio do Museu Nacional/UFRJ e ascensão fascista e conservadora na política representativa nacional, que foram adensadas pelas calamidades ambientais e políticas durante os anos de 2019 e 2020, incluindo a situação da pandemia do coronavírus. O capitalismo em seu curso triunfante de destruição, de "voltar contra nós os poderes de um planeta" (p. 16).

No atravessamento desses acontecimentos constituintes das "políticas confiscatórias" das quais nos fala Villela – definidas para além da exploração ou expropriação, pois confiscar é "decompor e recompor uma composição, transformar composição em organização" (p. 282), "destruir vínculos (...) e substituí-los por outros regulados e empobrecidos pelos das instituições" (p. 283) –, essa coletânea insurge. Insurgir, nos dizem os organizadores, opera como uma pausa criadora, "a contrapelo da tristeza" (p. 22) inerente às catástrofes que nos interpelam, na medida em que são ativadas potências de afirmação da vida, de sentir, pensar e agir com. Nesse sentido, os capítulos ressoam movimentos minoritários quilombolas, indígenas, sertanejos, dos povos de terreiro, prolongando os efeitos de suas práxis anticonfiscatórias no interior e através da própria Antropologia.

Suspender as certezas, preeminentes no pensamento ocidental, para sentir, pensar e agir com subjaz à noção de ecologias dissidentes. Se não há uma definição explícita ao longo do livro, como dito pelos próprios organizadores, há caracterizações pragmáticas nos capítulos da obra, permitindo-nos conhecer os agenciamentos coletivos e as linhas de fuga que as/os interlocutoras/es das/os pesquisadoras/es traçam ao aprisionante progresso capitalista. Ou, "a diferença ativa no modo de compor com a vida" (p. 22) que não designa identidades, mas uma ética do cuidado, uma política da atenção e uma estética da criação.

A atenção às ecologias dissidentes constitui o esforço de minorar a escrita etnográfica, ênfase do terceiro termo constituinte do título do livro. Uma antropologia aliada às insurgências se constitui enquanto uma antropologia modal, tal como nos é apresentado no capítulo final "Confiscações, lutas anticonfiscatórias e antropologia modal", de autoria de Jorge Villela, e parte da recuperação radical da noção espinosista de "modo" para a definição mínima do existente:

> Não existe nada que não se componha pela relação com outros existentes heterogêneos e extrínsecos a si mesmos, determinados a entrar numa relação característica por forças que lhes são externas. Por outras palavras, nenhum existente é a sua própria causa. São os confrontos das afecções

(...) que fazem do corpo um modo de expressão (p. 293).

Nessa elaboração, a separação entre humano/não-humano ou vivo/não-vivo perde totalmente o sentido. Tudo é concebido como dotado de *anima*: "composição e decomposição permanente, esse é o processo de vida de um existente" (p. 294). Uma antropologia que se queira modal "precisa reverter (...) as confiscações dos conhecimentos (...) em conhecimentos que são necessariamente transformadores" (p. 306). Me parece ser esse, em última instância, o exercício dos capítulos que constituem a coletânea.

No capítulo "Confiscações semânticas e afetivas: famílias na jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça", Sara Munhoz analisa as técnicas de composição de enunciados do Superior Tribunal de Justiça ao descrever como ocorre a constante busca por *pacificação* das compreensões do conceito de família, através dos processos de *sedimentação* e *mineralização*, práticas de confiscação semiótica e afetiva da maquinaria jurídico-estatal, que produz efeitos de verdade.

Sua descrição minuciosa dos procedimentos confiscatórios ressoa no capítulo de Andressa Lewandowski e Diogo Bonadiman, intitulado "A terra em transe: conversão e possessão". Os autores recusam as técnicas legais, através de despossessões e cercamentos, que sobrepõem o direito à propriedade sobre a convivência. Próximos às formulações etnográficas das religiões de matriz africana, descrevem interessantes trânsitos da terra e do corpo, cuja "condição da vida é a política (cosmo-política) do cuidado" (p. 94). Apresentam-nos a imagem anticonfiscatória de uma possessão sem posse, ou seja, corpos que se ocupam um dos outros sem controle ou exclusão recíproca.

A possessão suspende os controles instituídos pelas forças capitalísticas. Semelhante suspensão é feita pelo questionamento levado a cabo por uma interlocutora Juruna Yudjá à Thais Mantovanelli e que nomeia o capítulo "Quanto vale a vida? Os mêbengôkre-Xikrin do Bacajá e os Juruna da Volta Grande do Xingu contra a engenharia de cálculo e setores técnico-empresariais da hidrelétrica de Belo Monte". Mantovanelli nos permite acompanhar a guerra na qual se engajam os indígenas contra a política confiscatória de roubo da água (com a construção da barragem), nada mais e nada menos do que a própria condição de vida desses sujeitos que se pensam na composição com peixes, águas e outros animais. Contra isso, insurgem, com as forças ancestrais e suas ações belas, contra o projeto genocida de Belo Monte.

Luisa Molina aprofunda a dimensão do genocídio desde a relação que estabelece com os Munduruku do Médio Tapajós/PA. Em "A subversão como método: repensando o genocídio a partir das terras e das lutas indígenas", Molina nos diz que terra é vida e, exatamente por isso, qualquer compreensão dos ditos "impactos ambientais" não pode ignorar as relações que os sujeitos traçam com a terra. Apresenta o que está em vias de destruição com esses projetos de morte na perspectiva indígena para, então, alargar o próprio conceito de genocídio. Ou seja, faz com que as teorias Munduruku e de outros povos indígenas desestabilizem as

noções modernas de vida e morte.

Dizer não às tentativas de destruição da vida e engajar-se na sua produção constitui parte das experiências descritas por Cecilia Mello. Os artistas do Movimento Cultural Arte Manha de Caravelas/BA, apresentados no capítulo "A arte, a luta e suas irradiações", criam uma *arte afroindígena* que também produz contradiscursos às políticas da morte direcionada aos povos indígenas e negros. Em uma região atravessada pela monocultura de eucalipto para a produção de celulose, a prática artística do *ressuscitamento* descrita pela autora, dar uma nova vida àquilo que foi tomado como matéria morta, conecta-se com as insurgências daqueles cuja existência é inseparável do livre acesso aos bens naturais e que não aceitam as imposições empresariais sobre suas existências.

Se para os amigos de Mello a vida é algo capaz de ser reativada, para os quilombolas de diversas comunidades do Vale do Jequitinhonha/MG, acompanhadas por Yara Alves no capítulo "Do corpo para o mundo: força e firmeza como princípios políticos entre quilombolas mineiros", a vida é *pulsação*, localizada na região do umbigo do vivente. Mesmo compreendida como "um presente de Deus", um dom portanto, há a necessidade constante de *lutar* para se fazer vivo. Nesse sentido, mobilizam princípios corporais fundamentais para caracterizar suas *lutas*, a saber, a *força* e a *firmeza*.

O corpo como lócus de luta também é central na experiência de Iyalorixá Watusi e outros sacerdotes, majoritariamente do estado de Goiás, descrita por Emilia Mota no capítulo "Conviver e cuidar: enfrentamentos cotidianos ao racismo religioso". Mota dedica-se a pensar como os adeptos das religiões de matriz africana fazem-se na composição com outras forças e seres, o que a autora chama de "ser com o outro" (p. 190). Composição que envolve uma série de estratégias de cuidado com os corpos, as casas de axé e as vizinhanças para a criação de uma vida boa e respeitosa.

A manutenção de uma vida boa em tempos de tantas transformações ecológicas sentidas a partir da seca de 2012 parece ser um dos principais dilemas enfrentados pelos sertanejos de Floresta, no sertão pernambucano, descrito por Renan Pereira em "O sertão, a seca e o fim". A atenção do autor volta-se para as percepções sobre o tempo a partir da experiência com seca contemporânea e para a relação paradoxal entre as "dúvidas sobre o futuro da vida no campo" (p. 259) e a necessidade de manter a *fé* e a *esperança* para seguir em frente e insurgir-se contra as investidas do antropoceno. A partilha dos saberes e práticas entre os sertanejos diante das dores e perdas produzidas pela seca é o que faz perseverar a *vida no campo*, e produz um senso insurgente de coletividade.

Afinal, a pausa criadora que constitui as insurgências é coletiva. Assim aprendemos com as amizades das/os antropólogas/os apresentadas ao longo dos capítulos, e com a própria coletânea – ela mesma uma pausa criadora. Como um sopro de ar fresco, em tempos de intensificação do enclausuramento produzido pelas políticas de morte, a obra apresenta uma série de experimentações etnográficas aliadas aos afetos alegres de afirmação da vida. *Irradia,* "segundo uma lógica não linear, transversal e intensiva" (p. 159), insurgências dos povos frente à

sanha desenvolvimentista, que não cansa de transformar forças vitais em energias comercializáveis, e nos convoca às urgências de uma Antropologia aliada às lutas anticonfiscatórias.

Recebido em 22/03/2021

Aprovado para publicação em 16/07/2021 pela editora Kelly Silva

Anu. Antropol. (Brasília) v. 46, n. 3, pp.233-237. (setembro-dezembro/2021). Universidade de Brasília. ISSN 2357-738X. https://doi.org/10.4000/aa.8939